



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

MEMORANDUM AOS CHEFES DE CLASSE - MAIO 99

ASSUNTO: INFORMAÇÕES E APELO



CARO CAMARADA SMOR:

A Direcção da ANS decidiu, durante o ano de 99, décimo aniversário de existência, fazer um esforço suplementar para fazer chegar a todas as unidades e à maioria dos sargentos a nossa actividade, quais as frentes em que andamos empenhados, qual a nossa atitude perante as chefias e perante o poder político.

Para o efeito temos diligenciado no sentido de termos delegados em todas as unidades. Todavia, por um lado ainda não conseguimos constituir delegados em todas as unidades, e por outro consideramos que o cargo de chefe de classe é por demais importante. É nessa perspectiva que nos dirigimos a todos os Chefes de Classe, para vos dar a conhecer as nossas preocupações, os nossos princípios de conduta e, resumidamente, aquilo que somos e queremos.

Julgamos conveniente esclarecer alguns pontos como se segue.

O que motiva os sargentos em torno do associativismo e os faz defender e lutar pela sua consignação na LEI?

O ideal do associativismo está intrinsecamente ligado à luta por melhores condições de vida e de trabalho. Para nós é evidente que os sargentos, e todos os homens em geral, só se batem por princípios e ideais se corresponderem às suas aspirações e derem resposta aos seus problemas. Portanto, a nossa experiência corresponde a este princípio geral: é na mobilização em torno das questões que nos afectam - carreiras profissionais, vencimentos, estatutos, condições de trabalho, etc. - que nos temos mobilizado e consciencializado. E temos aproveitado para consciencializar a massa dos sargentos para os ideais do associativismo sócio-profissional dos militares.

Qual a posição dos Chefes Militares e dos políticos face ao associativismo militar?

Ao longo dos anos a posição dos Chefes Militares e dos Políticos tem evoluído na mesma medida em que nós temos lutado e conquistado o que nos propomos, que a sua posição se foi alterando e evoluindo no sentido de apoiar o associativismo dos militares.

É também evidente que isso tem sido conseguido com formas de luta que promovem a unidade e têm em vista nunca prejudicar a instituição militar, antes pelo contrário, conjugar os seus interesses com os dos cidadãos militares. Por outro lado tivemos sempre a preocupação de nunca por em causa os princípios da autoridade e da hierarquia. Também aqui, sempre que foi possível, a nossa luta promoveu os nossos chefes em detrimento do poder político. Claro que também houve lutas derivadas de medidas erradas e prejudiciais para os cidadãos militares promovidas por Chefes Militares. Mas também é certo que hoje muitos deles, mesmo antigos Chefes de Estado Maior, reconhecem a nossa razão e o interesse do associativismo militar.

É claro que para esta posição evoluir também contribuiu o facto de a alteração da legislação militar ter vindo no sentido de diminuir o poder e o estatuto do Chefe Militar. Hoje um ex-Chefe de estado Maior do Exército declara, num depoimento para um livro que pretendemos editar, o seguinte: «... Com o passar dos anos, cedo se verificou a razão e a utilidade da associação.

Por um lado o seu comportamento foi amadurecendo, as suas atitudes foram-se esclarecendo, a sua actividade foi mostrando independência de posicionamento e consonância com necessidades sentidas pelos sargentos, não resolvidas pelos responsáveis políticos.

Por outro lado, porque a forma como os Governos foram olhando para as forças Armadas, e, conseqüentemente, o papel dos seus chefes se foi degradando, não atendendo os políticos, frequentemente, às propostas dos militares responsáveis que reflectiam verdadeiramente o sentimento dos seus subordinados na área sócio-profissional. Além disso, transformaram a inserção da Instituição no poder político, retirando-lhe cada vez mais capacidade de representação dos subordinados - o que é o verdadeiro conceito doutrinário do exercício do comando, incompatível com a existência de associações sócio-profissionais, pois o chefe militar, nestas condições, tem o dever e o direito de se bater pelos interesses dos que por si são comandados.

A chamada lei dos coronéis e, mais tarde, a alteração da lei de defesa nacional e das Forças Armadas, retirando aos chefes militares a sua natureza de comandante (no sentido estrito do termo) e acentuando a sua vertente de representante do poder político, foram as duas medidas legais que vieram confirmar a razão do aparecimento da ANS, e a necessidade premente do associativismo militar para, com base nos mecanismos que a democracia consagra, auxiliar os chefes militares na sua actividade permanente e meritória de defesa dos justos anseios sociais e de carreira dos militares, que, entretanto, atingiu uma situação de degradação verdadeiramente exagerada, e preocupante, em relação às carreiras profissionais com que são equiparadas.

O pioneirismo da ANS foi, portanto, útil à causa dos militares, pois cooperou para chamar a atenção de que, em democracia, e na ausência do cumprimento cabal das responsabilidades da respectiva tutela, é preciso recorrer ao associativismo militar, legalmente autorizado e com delimitações precisas na sua actuação (dada a natureza da função das Forças Armadas e da condição militar), a exemplo aliás, de tantos outros países democráticos que fazem parte, como Portugal, da Nato e da UE.»

Portanto, camaradas, eu não conseguia dizer melhor do que este Oficial General (foi um dos que estiveram presentes na Conferência de Lisboa sobre o associativismo militar no final do ano passado).

Qual a nossa postura perante a chefias e qual a mensagem que transmitimos na nossa acção prática?

Materializa-se em quatro pontos principais, que são:

1. Os Chefes Militares não se devem intrometer nas matérias sociais porque:
 - não têm vocação nem meios políticos ou jurídicos para o efeito;
 - as tentativas de resolução deste tipo de problemas pela parte dos chefes não têm resultado e têm prejudicado a sua autoridade, a sua imagem e prestígio, e a sua coesão e nível de motivação do pessoal;
 - a resolução deste tipo provoca desgaste na imagem e na credibilidade de quem se envolve nelas. Por isso e para salvaguarda do prestígio e da autoridade militar dos chefes, estes devem cingir-se à matéria militar, na qual são especialistas, e deixar que o ónus do desgaste das negociações com o poder político, nas matérias da área social, recaia sobre as associações, recaia sobre as associações, os dirigentes associativos e os políticos. É mais fácil substituir um dirigente associativo do que um chefe militar.
2. A modernização das FFAA em meios, estruturas e na formação do pessoal é um objectivo comum das Associações e das chefias. As últimas atitudes do poder político acerca da matéria prova que este não tem uma posição e objectivos claros sobre a matéria, e que não têm a mesma perspectiva sobre o assunto que nós militares. Por isso:
 - Não é com as costas viradas, chefes e subordinados que se aumenta o poder reivindicativo da Instituição Militar;
 - As associações cooperando com as chefias dos ramos trarão um acréscimo importante para o poder reivindicativo da Instituição Militar;
 - Os chefes conseguem mais depressa e melhores meios que todos necessitamos para cumprir as missões que nos são destinadas se cooperarem com as associações;
3. As associações e todos os militares só têm a ganhar em reforçar o prestígio dos chefes militares. O prestígio da Instituição Militar, das FFAA (Forças Armadas), dos militares e da função militar, passa obrigatoriamente pelo prestígio dos chefes militares. Qualquer associação que siga uma linha de conduta que prejudique, ponha em causa ou dificulte a autoridade militar dos chefes e afecte a sua imagem, é uma conduta contrária aos interesses dos militares, das FFAA e do País e, por isso, condenada à nossa oposição

clara e determinada. Nestes dez anos de existência, mesmo nas situações mais críticas e sujeitos à perseguição, a castigos disciplinares e a à carreiras cerceadas e prejudicadas, nunca pusemos em causa a autoridade militar dos chefes, nem a coesão das FFAA, nem quebrámos os códigos ético e deontológico inerentes à função militar. Antes pelo contrário, mesmo nessa situação sempre fomos leais, frontais e solidários com o comando nos aspectos profissionais e do respeito pela hierarquia.

4. Os Chefes Militares devem centrar a sua atenção, energias, dedicação, arte e engenho na gestão criteriosa e transparente da Instituição Militar. Nos três ramos sobressai sobre todas as outras uma dúvida: *Qual o futuro das FFAA?*

Nesta questão entroncam outras como:

- A minha unidade vai fechar ou ser-lhe-ão outras missões?
- O meu quadro especial vai ser estruturado, extinto ou fundido noutra ou não? E qual vai ser o meu futuro como profissional?
- Vão ser tomadas medidas positivas para que a minha carreira tenha perspectivas de progressão, seja aliciante, socialmente prestigiante?

Estas são, no essencial, as grandes questões que derivam da primeira, que estão a causar mal estar, desmotivação e insegurança, que prejudicam o desempenho, o espírito de corpo e a imagem das FFAA, e para as quais os chefes não dão respostas claras.

É para decidir e resolver a contento este tipo de problemas que nós queremos que os Chefes de Estado Maior tenham toda a sua autoridade intocada e o máximo de prestígio e influência junto do poder político. Para atingir estes objectivos podem contar com o nosso apoio total e inequívoco.

Portanto camaradas, como podeis constatar a nossa luta é em prol dos interesses da categoria militar de Sargento, da Instituição e da Família Militar. Mas a nossa experiência também nos diz que sem unidade esclarecimento, determinação e luta nada de positivo se consegue. Atravessamos um momento de grande confusão, em que o boato prolifera, frustra e desmotiva os militares. Um momento em que a unidade e a informação é por demais necessária.

É nesse sentido que vamos promover no próximo sábado dia 8/5/99 o 1º Encontro de Delegados do Exército, que já fizemos o da Força Aérea e faremos o da Marinha.

É no sentido de contribuirmos para o esclarecimento e a unidade que decidimos apelar para que façam chegar cópias do material que enviamos aos sargentos dessa unidade.

Sem mais nos despedimos com consideração

A Direcção

Álvaro Martins
Presidente da Direcção